



Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013

MONITORAMENTO DAS AULAS E AVALIAÇÃO COMO MEIO PARA PROMOVER UM ENSINO DE QUALIDADE NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CASTRO ALVES – PALMAS/TO

Vera Lúcia Zensque Falchione



MONITORAMENTO DAS AULAS E AVALIAÇÃO COMO MEIO PARA PROMOVER UM ENSINO DE QUALIDADE NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO CASTRO ALVES – PALMAS/TO

Vera Lúcia Zensque Falchione

RESUMO

O presente trabalho tem como desafio, melhorar a qualidade do ensino ofertado por essa instituição de ensino médio público, utilizando como instrumento o monitoramento das aulas e avaliações contínuas. O desafio no monitoramento das aulas e das avaliações com enfoque em dois níveis: desmistificar junto aos professores o monitoramento como meio de fiscalização e avaliação para a verificação dos conhecimentos do aluno, possibilitando, avançar ou retroceder nos planos de ensino. O Brasil nas últimas décadas, conseguiu avanços importantes na educação básica, como a universalização do acesso, porém, enfrentamos o maior desafio que é a melhoria da qualidade do ensino ofertado. Segundo dados (Todos pela Educação/SAEB/09), apenas 11% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio sabem o conteúdo esperado da matemática, e 28,9% o de Língua Portuguesa. Buscamos com essas medidas interventivas (monitoramento e avaliação), sistematizar essas ações e paralelamente incentivar os discentes e os educadores, para melhorar a qualidade do ensino ofertado pelo CEM Castro Alves. A SEDUC-TO, Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins, implementou, uma Política Estadual de avaliação externa – SALTO- Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da educação do Estado do Tocantins,, que vem contribuir significativamente para uma fidedigna avaliação do conhecimento de nossos alunos, aliados ao ENEM e SAEB.



INTRODUÇÃO

O Brasil nas últimas décadas, conseguiu avanços importantes na educação básica, como a universalização do acesso, no entanto é necessário um avanço maior com relação a qualidade do ensino que está sendo ofertado nas escolas públicas do nosso país. As avaliações externas como prova Brasil, SAEB, ENEM vieram contribuir para monitorar essa qualidade.

No ensino médio, o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, que foi criado em 1988, com o propósito principal de avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ensino aprendizagem no Brasil, no entanto, somente a partir de 1995, houve uma abrangência nacional, com o monitoramento e avaliação amostral da educação por regiões, redes de ensino pública e privada nos estados e Distrito Federal.

Em 2005, segundo a Portaria Ministerial n.º 931 de 21 de março, foi alterado o seu nome para Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Entretanto, “o nome do SAEB foi mantido nas publicações e demais materiais de divulgação e aplicação deste exame, por sua tradição.”

Conforme mostram Bonamino e Bessa (2004) e Freitas (2005), as iniciativas da União estimulam a criação de ferramentas próprias de avaliação pelos estados e municípios. Ao longo da primeira década dos anos 2000 os sistemas de ensino e as escolas de educação básica se viram cada vez mais solicitados a participar do processo de geração, disseminação e uso de dados educacionais. Com isso, a União agiu pedagogicamente propiciando aprendizagens sobre a lógica da avaliação e seus usos na educação brasileira.

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado, implementou o sistema de avaliação externa denominado **SALTO** - Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da educação do Estado do Tocantins, é uma nova ferramenta que vai permitir a análise em tempo real acerca do desempenho educacional, diagnosticando assim deficiências, capacidades e direcionando ações corretivas e preventivas. A finalidade é avaliar a qualidade do ensino e aprendizagem na Educação Básica do Tocantins, tanto na rede estadual como na municipal, visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado. Esse sistema de monitoramento iniciou em 2011, para as séries finais 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio em todo o Estado do Tocantins.



O Centro de Ensino Médio Castro Alves, preocupado com a melhoria da qualidade do ensino ofertado em sua instituição, iniciou um sistema de monitoramento interno das aulas e das avaliações com enfoque em dois níveis: desmistificar junto aos professores o monitoramento como meio de fiscalização e avaliação para a verificação dos conhecimentos do aluno, possibilitando, avançar ou retroceder nos planos de ensino.

O monitoramento é feito pelos coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, através de acompanhamento sistemático na hora atividade, através das avaliações e do acompanhamentos das aulas ministradas pelos professores, com intuito, de detectar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores e dar subsídios para ações interventivas, tanto para o professor como para o aluno.

Esse monitoramento é feito semanalmente, nas horas atividades junto com os professores na elaboração do seu planejamento semanal e posteriormente assistindo as aulas ministradas, criando possibilidades de avaliar tanto o professor, em sua didática e dinâmica, como a participação e a interação do aluno com os conteúdos ministrados. Inicialmente, houve um certo desconforto por parte dos professores, acreditando que era mais uma forma de fiscalização do sistema, mas no decorrer do processo, verificaram que a medida tinha como foco, auxiliar o professor e aluno na melhoria da aprendizagem de nossa instituição.

As avaliações externas disponíveis serviram de referência para impulsionar a equipe desta unidade de ensino a buscar melhorias efetivas na aprendizagem dos alunos, e também uma aprendizagem que se traduza em uma ferramenta de emancipação, inclusão social e democrática.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO NACIONAL

O sistema de avaliação avançou no Brasil, considerada hoje uma das mais abrangentes e eficientes do mundo, a política de avaliação engloba diferentes programas, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – ENADE, o Exame Nacional de Certificação de



Jovens e Adultos – ENCEJA, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes – o mais antigo sistema de avaliação do país no setor educação –, configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira Paralelamente aos sistemas nacionais, vários Estados e municípios também organizaram sistemas. Todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. Mais do que isso, a institucionalização da avaliação educacional no Brasil é hoje, sem dúvida, instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (introduzido em 1990), o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (criado em 1998).

Até recentemente, media-se a qualidade de um sistema educativo com base nos indicadores de acesso e permanência na escola, tais como matrícula, cobertura, repetência, evasão, anos de estudo.

O problema hoje é mais complexo: construir e valorizar a boa escola pública, agora democrática e para todos. O SAEB é uma avaliação de desempenho acadêmico e de fatores associados ao rendimento escolar, realizada a cada dois anos, em larga escala, aplicada em amostras de escolas e alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio, representativas de todas as Unidades da Federação, redes de ensino e regiões do país Desde 1995, o SAEB é aplicado regularmente a cada dois anos, seguindo a mesma métrica ou escala de proficiência.

Todos os Estados brasileiros participam da avaliação amostral, o que permite comparar resultados ao longo do tempo entre os Estados, entre escolas públicas estaduais e municipais, entre escolas públicas e particulares de cada unidade da federação O Enem é um exame de caráter voluntário, implantado pelo MEC em 1998, que avalia o desempenho individual do aluno ao término do ensino médio, visando aferir o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício pleno da cidadania. A prova, interdisciplinar e contextualizada, é composta por uma redação e uma parte objetiva.



Atualmente alcançar maior equidade na rede de ensino e cooperar para que essas escolas avancem e melhorem de qualidade constitui tarefa que não se realiza à margem de uma “intervenção” dos poderes públicos, de um apoio diferenciado às suas equipes escolares, de avaliação e monitoramento constante, de apoio didático-pedagógico intensivo, além de orientações técnicas para que assimilem teórica e praticamente a filosofia do currículo recém-implantado.

As avaliações diagnósticas implementadas pelo governo federal tem como princípio estimular a cultura de avaliação, fomentando, assim, a implementação de avaliações estaduais e municipais.

O índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado em 2007, para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, o indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação, assim, para que o IDEB da escola cresça é necessário que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente as aulas.

O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenham nota 6 em 2022 – corresponde a qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Segundo Luckesi (1996), que muito tem contribuído para a elucidação dos pressupostos das práticas avaliativas no ensino básico, insiste na necessidade de qualificar a avaliação não em função dela mesma mas do fim a que se destina, mostrando que esta, ao conquistar espaço tão amplo nos processos de ensino, condicionou a prática pedagógica ao que ele chama de pedagogia do exame; discute ainda a relação entre planejamento, avaliação e projeto pedagógico da escola, insistindo na dimensão política que possuem essas atividades e preconizando um trabalho de equipe em que todos decidem o que e como fazer para elaborar uma proposta coerente com as necessidades da clientela.

No monitoramento dos sistemas de ensino básico, via de regra a ênfase tem sido dada ao uso da informação gerada pela avaliação como subsídio aos próprios aparatos gestores das redes de ensino, prestando-se de preferência a orientar ações do Estado no sentido de suprir necessidades detectadas.

Pedro Demo (1995), busca caracterizar o compromisso educativo da avaliação escolar e a define como um processo permanente de acompanhamento do aluno.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394-96), ao situar o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-a como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Trata-se de reconhecê-lo como parte de uma etapa da escolarização que tem por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (art. 22).

O Ensino Médio no Brasil, Após 12 anos da LDB, os dados e as avaliações oficiais revelam que ainda não foi possível superar a dualidade histórica que tem prevalecido no ensino médio, tampouco garantir a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes. O Brasil ampliou a oferta do ensino médio de forma expressiva, mas tem ainda 1,8 milhões de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Massificou o acesso, mas não garantiu democraticamente a permanência e, principalmente, um currículo capaz de promover uma aprendizagem que faça sentido para os jovens adolescentes.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS

No Estado do Tocantins, a Secretaria de Educação, implementou em 2011 um sistema de monitoramento denominado - SALTO – Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da educação do Estado do Tocantins, é um sistema que permite a análise da real situação do desempenho educacional, possibilitando ao professor, ao aluno e ao sistema de ensino se auto compreenderem, diagnosticando deficiências, capacidades e direcionando ações corretivas e ou/preventivas.

Segundo a LDB (Lei 9.394/96), o processo de avaliação deve ter como objetivo detectar problemas, servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade que se deseja atingir.

Menga Ludke (1995), parte da discussão crítica dos modelos de avaliação comprometidos com a busca de instrumentos de medida “válidos” e “fidedignos”, propugnando uma concepção de avaliação fortemente integrada ao próprio processo de ensino aprendizagem, como base para o desenvolvimento de propostas que venham ao encontro das necessidades de alunos e professores.



O SALTO tem como objetivo o aprimoramento do processo ensino aprendizagem e conseqüentemente, à melhoria dos indicadores educacionais.

Quando os sistemas de avaliação incorporam elementos importantes da cultura escolar e os professores sentem que a avaliação externa é feita a seu favor e não contra eles, chegam a solicitar que ela seja realizada com maior frequência, já existe um relativo consenso sobre a necessidade de melhor aparelhar os órgãos gestores dos sistemas escolares para o uso de informações que subsidiem as políticas educacionais, bem como de promover a articulação entre as instâncias produtoras de conhecimento e aquelas encarregadas de oferecer o ensino básico.

O papel dos dirigentes, diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos neste processo será tão crucial quanto a efetiva participação dos pais e alunos, colaborando e cobrando das escolas mais qualidade e compromisso com a aprendizagem de todas as crianças e jovens, essa a principal finalidade da boa escola pública tão almejada por todos.

CONCLUSÃO

O Ensino Médio, no Brasil, ao longo da história da educação brasileira, como o nível de maior complexidade na estruturação de políticas públicas voltadas para esse segmento do ensino, em consequência de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e a particularidade de atender a adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização, levando-se em consideração que estes conceitos são estabelecidos por uma construção social e como estes sujeitos se veem neste processo, que está intimamente ligado com a representação social que lhes é atribuída

Especialmente na última década, a União se empenhou no aprimoramento tecnológico e operacional das próprias ferramentas, na sua diversificação, na busca de maior aderência política no contexto interno e de maior aproximação às iniciativas internacionais de pesquisa e avaliações comparativas. Atualmente o Brasil não só participa do monitoramento educacional internacional como, também, a ele tem cada vez mais ajustado as suas ferramentas de avaliação.



A avaliação e o monitoramento buscam cada vez mais os esforços locais, na solução dos problemas existentes, no Estado do Tocantins a Secretaria de Educação, implantou seu próprio sistema de avaliação externa, denominado SALTO – Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da Educação do Estado do Tocantins.

Esse monitoramento Estadual serviu também de incentivo para que as instituições buscassem melhorias significativas da aprendizagem dos alunos, o Centro de Ensino Médio Castro Alves, vem através de suas ações de monitoramento das aulas e avaliações, atingir as metas previstas de melhorias na aprendizagem dos nossos alunos. Através desse acompanhamento sistematizado começamos a mudar nossas práticas arcaicas de avaliação que acabam ficando enraizadas política e culturalmente em nosso meio, sem muitas vezes percebermos, devido a correria a acomodação de nossos professores.

O grande desafio do CEM Castro Alves é utilizar essa nova ferramenta de monitoramento a serviço da qualidade do serviço prestado a nossa comunidade escolar, garantindo uma formação eficaz dos nossos jovens e que possam participar do processo de construção de uma sociedade mais solidária, reconhecendo suas potencialidades e os desafios para inserção no mundo competitivo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. C. de.; BESSA, N. O “estado da avaliação” nos estados. In: BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO, Creso. (Orgs.). A avaliação da educação básica. Rio de Janeiro: PUC, 2004. p. 65-78

DEMO, P. Lógica e democracia da avaliação. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v.3, n.8, p. 323-30, jul./set. 1995.

_____. Qualidade da educação: tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, n.2, p.11-26, jul./dez. 1990.

FREITAS, D N. T. de. A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa . São Paulo, 2005a. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado de São Paulo – USP.



INEP. *Na medida*. Boletim de Estudos Educacionais do Inep, Brasília, ano 1, n. 1, 2009. (Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/caracteristicas.htm>): acessado em 16/02/2013.

LUCKESI, Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. **Idéias**. São paulo,n.15, p.115-25, 1992.

_____. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. **Idéias**. São paulo,n.15, p.115-25, 1992.

LUDKE, M. O administrador escolar entre o mito da avaliação e os desafios de sua prática. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, n.12, p.51-7, jul./dez. 1995.

VIEIRA, S. L. Indicadores de sucesso: a construção da qualidade. Educação básica: política e gestão da escola / Sofia Lerche Vieira. – Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 105-129 – (Coleção Formar)



AUTORIA

Vera Lúcia Zensque Falchione – Centro de ensino médio Castro Alves/ Diretor de escola pública.
Endereço eletrônico: verafalchione@yahoo.com.br

